

EDITORIAL

A segunda edição de **Cenários da Comunicação** dedica-se a discutir um tema intrigante da supermodernidade, ou um tema que se exacerba nesta quadra histórica do sistema capitalista: as tribos urbanas. O termo parte do referencial utilizado para designar grupos indígenas, que evidencia aspectos de identificação de uma comunidade específica – língua, mitos, rituais... repertório cultural, enfim –, destinados à geração de sentimentos de pertencimento e à perpetuação de valores consagrados pelas/nas tradições. Assim, em grupos cuja razão de ser é a preservação da cultura original, própria, específica, o termo tribo define-se pelo objetivo de conservação da unidade e identidade grupais, visando garantir sua homogeneidade enquanto coletivo social.

Quando nos debruçamos sobre a realidade contemporânea, o deslocamento do sentido do termo tribo, por tratar de realidades distintas, opera-se metaforicamente, isto é, busca uma aproximação puramente conceitual para fenômenos (realidades culturais) diferentes, grupos de pessoas e de individualidades quase opostas. Essa operação metafórica pretende, na modernidade urbana, abranger grupos organizados de filiação e natureza diversas, geralmente pautados em linguagem, vestimenta e corpo de idéias – mais ou menos precisas – comuns, voltados à manutenção da mesma intenção de autopreservação dos aspectos de identificação cultural, que lhes confere certa unidade, e com isso demarcar uma realidade cultural homóloga. O que fundamentalmente os difere dos grupos indígenas, além da estética e das formas de manifestação, é o fato de o termo passar a ser, no caso das tribos urbanas, representativo de

uma ação / reação de um subgrupo no interior de um grupo mais amplo que a todos subordina e impõe pertencimento, qual seja, a sociedade.

No primeiro caso, busca-se manter a integridade cultural de um mesmo coletivo, afirmando o *ethos* tradicional de uma organização social, com a preservação e reprodução de suas características originais; no segundo, trata-se de criar um sistema de identificação que postula distinção e reconhecimento a um determinado subgrupo de uma dada sociedade, em que esta funciona como matriz antropológica organizadora da unidade na diversidade, mesmo que, muitas vezes, uma unidade imposta, baseada em valores, costumes, símbolos e regras predeterminados e que deverão configurar e manter a cultura e a moral vigentes, delimitando as possibilidades de expressão do que é diverso. Num caso, trata-se de atuar em favor do reconhecimento da igualdade; noutro, da diferença – ambos utilizam expedientes, geralmente ritualizados, de comunicação da vontade do grupo, definindo as fronteiras entre os comportamentos legitimados e os expurgados, entre os que trabalham pela homogeneização de um dado subgrupo e os que se prestam a alteridades obstadas.

Em respeito à linha editorial desta publicação, foram selecionados sete textos que abordam desde os rituais e repertórios distintivos de uma determinada tribo até os significados e substratos sociais de suas mensagens, passando pela crítica à produção cultural que os acolhe, tipifica e enquadra mercadologicamente, sempre vazados em escrita acessível, sem perda da criticidade e do rigor acadêmicos.

O primeiro texto, de Rogério Bianchi de Araújo, correlaciona a ética global (homogeneizadora) e a estética



local (diferenciadora), analisando a tensão – para ele, predomínio – entre a realidade comunitária localista e os preceitos ordenadores do processo de globalização; segue texto de Wilson Dourado, que esquadrinha, nos meandros das mensagens difundidas por determinadas tribos urbanas, sinais de vigência, nos dias de hoje, de uma pregação característica do ideário nazista que mobilizou nefastamente a juventude alemã nas décadas de 20 e 30 do século passado; em *Movimento punk – sociabilidade, conflito e vivência juvenil no espaço público*, Rafael Lopes de Souza identifica e debate o fenômeno das tribos *punk*, especialmente quanto a seu significado na cena pública atual das grandes metrópoles; segue artigo de Allan Koslakowski, que desvela, na linguagem fílmica, a contribuição de enredos, imagens e efeitos na formação de desejos, necessidades e comportamentos tribais, constituindo um imaginário que, para sua circulação, será apropriado pela indústria cultural; com *As histórias em quadrinhos e suas tribos*, um grupo de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa de História em Quadrinhos da ECA/USP perfaz um verdadeiro trajeto didático que nos ajuda a conhecer e compreender as especificidades dos diversos grupos de aficionados a esta linguagem, seus comportamentos e lugares de encontro; Sandra Febbe, com base em uma história em quadrinhos contemporânea, desvenda a maneira pela qual uma composição imagética, aparentemente inocente, conduz a uma propaganda subliminar destinada a gerar, nos leitores, identificação com determinadas idéias não muito inocentes; por fim, e não menos importante, o texto de Christiane Santarelli discute os expedientes comunicativos presentes na moda tribal e evidencia sua apropriação pela indústria da moda.

Este conjunto de textos, longe de esgotar o assunto, contribui para a reflexão sobre um fenômeno urbano que, nas metrópoles, passa a ser cada vez mais evidente e mobilizador. Alertam para formas de organização, comportamentos, rituais e demais expedientes comunicativos que, mais do que quaisquer mensagens escritas, revelam alto potencial de atração de jovens, gerando sistemas de identificação que, em última análise, representam os sinais de insatisfação e inconformismo com as disposições éticas e estéticas socialmente instituídas e, portanto, consagradas.

As expressões das tribos urbanas constituem apelos de inclusão num mundo sem empregos e pleno de perigos e imposições, ou uma estratégia que simplesmente clama pelo direito à diferença? Aos leitores caberá formar sua opinião a respeito deste tema; a nós, fica a convicção de que fornecemos subsídios ao debate.

Comissão organizadora

